



Demonstrações Financeiras Oncred Sociedade de Crédito Direto S.A.

Carta de Apresentação

Nos termos da Resolução BCB nº 2/2020 e Instrução Normativa BCB nº 236/2022, a **Oncred Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia")** apresenta ao Banco Central do Brasil as Demonstrações Financeiras da **Companhia** referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Relatório da Administração;
- b) Relatório dos Auditores Independentes;
- c) Balanço patrimonial;
- d) Demonstração do resultado;
- e) Demonstração do resultado abrangente;
- f) Demonstração da mutação do patrimônio líquido;
- g) Demonstração do fluxo de caixa; e
- h) Notas explicativas correspondentes.

Por Fim, cumpre saliente que a Administração da **Companhia** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis do Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras livres de distorções.

KLEBERSON CESAR LEITE
Diretor Geral

FELIPE FERREIRA BRAZ DA SILVA
Contador CRC 1SP331427/O-3



Demonstrações Financeiras Oncred Sociedade de Crédito Direto S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da **Oncred Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”)** de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“Bacen”).

A **Companhia** é uma sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a **Companhia**, registrou nas suas receitas de intermediação financeira o montante total de R\$ 4.111 milhões (R\$ 2.201 em 31 de dezembro de 2022), representando uma alta de 86,78% sobre as receitas.

A administração da **Companhia** agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

A Diretoria

Oncred Sociedade de Crédito Direto S.A.

*Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro
de 2023 com Relatório do Auditor Independente*

Conteúdo

Relatório do auditor sobre as Demonstrações Financeiras	2
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às informações semestrais	10



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
ONCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ONCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ONCRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à “Sociedade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da “Sociedade” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da “Sociedade” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Sociedade” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Sociedade” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Sociedade” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exerceu julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Sociedade”.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Sociedade”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Sociedade” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de março de 2024.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA
CONTADOR CRC 1SP088652/O-9

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
DISPONIBILIDADES	5	708	528	OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES	7	65	471
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		6.225	5.918	OUTROS PASSIVOS	7	59	34
Banco Central - Depósitos para capital em dinheiro		-	2.000	Total do Passivo Circulante		124	505
Operações de crédito	6	6.225	3.918				
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6	(2.378)	(1.346)				
ATIVOS FISCAIS	9	9	-				
OUTROS ATIVOS		197	-				
Total do Ativo Circulante		4.761	5.100				
Não Circulante							
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		252	11	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8		
Operações de crédito	6	252	11	Capital social		7.000	5.000
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6	(4)	-	Capital a integralizar		(1.000)	-
IMOBILIZADO DE USO		2	2	Prejuízos acumulados		(1.114)	(392)
DEPRECIAÇÃO		(1)	-	Total do passivo e do patrimônio líquido		4.886	4.608
Total do Ativo não Circulante		249	13				
Total do ativo		5.010	5.113			5.010	5.113

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

	Nota	2º Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Receitas de intermediação financeira		2.727	4.111	2.201
Operações de crédito	6	2.680	3.959	2.119
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	47	152	82
Despesas da intermediação financeira		(980)	(2.891)	(1.345)
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	6	(980)	(2.891)	(1.345)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.747	1.220	856
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.253)	(1.769)	(635)
Receitas de prestação de serviços	10	196	486	93
Despesas administrativas	10	(830)	(1.293)	(537)
Despesas de pessoal	10	(49)	(83)	(45)
Despesas tributárias	10	(148)	(242)	(113)
Outras receitas (despesas) operacionais		(422)	(637)	(33)
Resultado operacional		494	(549)	221
Imposto de renda e contribuição social	9	161	(173)	(613)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		655	(722)	(392)
Resultado por ação (expresso em R\$ por ação)				
Básico/ Diluído	8	0,218	(0,241)	(0,131)

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Oncred Sociedade de Crédito Direto S.A.
Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	655	(722)	(392)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total	655	(722)	(392)

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Oncred Sociedade de Crédito Direto S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Capital social</u>	<u>Capital a integralizar</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Em 1º de janeiro de 2022	3.000	-	-	3.000
Aumento de capital	2.000	-	-	2.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(392)	(392)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.000	-	(392)	4.608
Aumento de capital	2.000	(1.000)	-	1.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(722)	(722)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.000	(1.000)	(1.114)	4.886
Saldo em 30 de junho de 2023	5.000	-	(1.769)	3.231
Aumento de capital	2.000	(1.000)	-	1.000
Lucro líquido do período	-	-	655	655
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.000	(1.000)	(1.114)	4.886

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

	2º Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	655	(722)	(392)
Ajuste por:			
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	980	2.891	1.345
Depreciação	-	1	-
	1.635	2.170	953
Variações patrimoniais:			
Relações interfinanceiras	-	2.000	1.000
Operações de crédito	(3.050)	(4.403)	(3.929)
Ativos fiscais	67	(9)	-
Outros ativos	(182)	(197)	-
Obrigações fiscais correntes	(168)	(275)	616
Outros passivos	(11)	25	35
Caixa aplicado nas operações	(1.709)	(689)	(1.325)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(100)	(131)	(145)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(1.809)	(820)	(1.470)
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Aquisições de imobilizado	-	-	(2)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	-	-	(2)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:			
Aumento de capital	1.000	1.000	2.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	1.000	1.000	2.000
Aumento (Redução) líquido de disponibilidades	(809)	180	528
Disponibilidades no começo do exercício	1.517	528	-
Disponibilidades no fim do exercício	708	708	528
Aumento (Redução) líquido de disponibilidades	(809)	180	528

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

1. Informações sobre a Companhia

A **Oncred Sociedade de Crédito Direto S.A. (“Companhia”)**, é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de São Caetano do Sul, estado de São Paulo, no Brasil. A **Companhia** tem como objeto social, a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, previstas pelas normas legais e regulamentares em vigor.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as normas regulamentares constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e estão sendo apresentadas em conformidade com a atual legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis homologados pelo Banco Central do Brasil.

As Demonstrações Financeiras da **Companhia** estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.910/21 do CMN e da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As Demonstrações Financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Companhia e foram por ela aprovadas em 11 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação do balanço patrimonial estão apresentadas a seguir.

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da **Companhia**. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Disponibilidades

Disponibilidades incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, os quais estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.3. Títulos e valores mobiliários

Classificados conforme a intenção da Administração da **Companhia**, e são atualizados pelos rendimentos pactuados auferidos, até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.4. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A Administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

3.5. Outras imobilizações de uso

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição, A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, revisada anualmente ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de depreciação conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A vida útil dos bens móveis, equipamentos e instalações são de 10 anos, com depreciação anual de 10%. A taxa de depreciação se manteve no decorrer do exercício de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

3.6. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

3.7. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a **Companhia** tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.8. Capital social

O investimento efetuado na **Companhia** pelos acionistas é representado pelo capital social, discriminando o

montante subscrito, e, por dedução, a parcela ainda não realizada, denominada capital a integralizar.

Existindo custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, estes são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido e os efeitos de impostos relacionados aos custos dessa transação são contabilizados conforme o CPC 32/IAS 12.

3.9. Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da **Companhia** pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da **Companhia** pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo exercício levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

3.10. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

A **Companhia** avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

3.11. Tributos

Tributos sobre as receitas

As receitas estão sujeitas à tributação de PIS, COFINS E ISS às alíquotas de 0,65%, 4% e 5%, respectivamente.

Tributos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mês para imposto de renda e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.12. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do exercício a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao exercício futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

3.13. Resolução CMN 4.966/21 – Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/2021 dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, em sintonia com a nova norma contábil de instrumentos financeiros. Nosso plano de implementação é composto pela revisão das atividades impactadas, desenho do modelo ideal, implementação dos requerimentos exigidos pela norma, ambiente de testes e ajustes necessários para a entrada em produção. O encerramento dos trabalhos de implementação está previsto para 2024. O plano inicial poderá ser impactado ao longo do processo considerando a emissão e/ou atualizações das normas pelo Bacen.

4. Principais práticas contábeis

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

- **Provisão para crédito em liquidação duvidosa:** Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, seguindo o disposto na Resolução CMN nº 2.682/1999.

5. Disponibilidades

- a) As disponibilidades apresentadas nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídas por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Disponibilidades em moeda nacional	121	132
Aplicações financeiras - CDB	587	396
	<u>708</u>	<u>528</u>

As aplicações financeiras incluem as operações relacionadas à aquisição de aplicações em CDB e estão apresentados no ativo circulante considerando a expectativa da Administração de realização em até 12 meses.

b) Resultado de operações com aplicações financeiras:

	2º Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Títulos de renda fixa - CDB	47	152	82
	47	152	82

6. Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operação de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos	6.477	3.929
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.382)	(1.346)
	4.095	2.583
Circulante	3.847	2.572
Não circulante	248	11

b) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Operações	PCLD	Operações	PCLD
A vencer	3.590	(146)	2.085	(428)
Vencidos				
De 01 a 14 dias	161	(18)	116	(35)
De 15 a 30 dias	127	(23)	238	(75)
De 31 a 60 dias	192	(56)	363	(131)
De 61 a 90 dias	182	(82)	351	(155)
De 91 a 120 dias	180	(113)	268	(145)
De 121 a 150 dias	227	(169)	272	(179)
De 151 a 180 dias	297	(254)	176	(138)
Acima de 181 dias	1.521	(1.521)	60	(60)
	6.477	(2.382)	3.929	(1.346)

c) Movimento da provisão para crédito e liquidação duvidosa:

	2º Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Saldo inicial	(3.250)	(1.346)	-
Adições	868	(1.036)	(1.346)
Saldo final	(2.382)	(2.382)	(1.346)

d) Resultado das operações de crédito:

	2º Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Rendas de empréstimos	2.680	3.959	2.119
	2.680	3.959	2.119

7. Obrigações fiscais correntes

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigações fiscais correntes		
Imposto de renda	-	271
Contribuição social	26	187
PIS e COFINS a recolher	28	11
Impostos sobre serviços tomados	3	2
ISS a recolher	1	-
IOF a recolher	7	-
	<u>65</u>	<u>471</u>
Circulante	65	471
Não circulante	-	-
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outros passivos		
Credores diversos	53	30
Trabalhistas e sociais	6	4
	<u>59</u>	<u>34</u>
Circulante	59	34
Não circulante	-	-

8. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da **Companhia** é de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões) (R\$ 5.000.000,00, cinco milhões em 31 de dezembro de 2022), dividido em 6.000.000 (seis milhões) ações, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no país.

Em AGE de 24 de outubro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) mediante a emissão de 2.000.000 (dois milhões) de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 23 de janeiro de 2023.

Em AGE de 18 de setembro de 2023, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) mediante a emissão de 2.000.000 (dois milhões) de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 23 de novembro de 2023.

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido da **Companhia**, conforme os termos da legislação societária. Será constituída obrigatoriamente pela **Companhia**, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida, ou poderá, a critério da **Companhia**, deixar de receber créditos, quando o saldo desta reserva, somado ao montante da reserva de capital, atingir 30% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve destinações e em 31 de dezembro de 2022 a **Companhia** destinou R\$ 49 de reserva legal.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo e/ou juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro líquido do período, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não houve destinações e em 31 de dezembro de 2022 a **Companhia** destinou R\$ 205 de juros sobre o capital próprio.

d) Reserva de retenção de lucros

Estabelecida pelo artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar/reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

e) Resultado por ação

(i) Resultado básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da **Companhia**, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Resultado por ação	2º Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Resultado atribuível aos acionistas	655	(722)	(392)
Quantidade de ações (em milhares) - média ponderada	3.000	3.000	3.000
Resultado por ação – Em reais	0,218	(0,241)	(0,131)

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração dos saldos patrimoniais de imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto de renda	9	-	-	271
Contribuição social	-	26	-	187
	9	26	-	458
Circulante	9	26	-	458
Não circulante	-	-	-	-

b) Reconciliação da receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social:

	2º Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Resultado antes do IR e CS	494	(549)	221
Alíquota fiscal combinada	40%	40%	40%
Despesa de tributos à alíquota nominal	(198)	220	(88)
(Adições) Exclusões permanentes			
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	(11)
Parcela isenta do adicional de 10%	10	22	24
IR e CS no resultado do exercício	(188)	242	(75)
Total de despesa de IR e CS	161	(173)	(613)
Alíquota efetiva	0%	0%	34%

10. Receitas (despesas) operacionais

a) Receitas de prestação de serviços:

	2º Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Confecção de cadastro - Pessoa física	196	486	93
	196	486	93

b) Despesas administrativas:

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Processamento de dados	(142)	(294)	(231)
Serviços técnicos especializados	(174)	(338)	(104)
Serviços do sistema financeiro	(223)	(313)	(83)
Propaganda e publicidade	(285)	(335)	(62)
Comunicações	(1)	(3)	(9)
Serviços de terceiros	-	(2)	(8)
Publicações	-	-	(3)
Outras despesas administrativas	(5)	(8)	(37)
	(830)	(1.293)	(537)

c) Despesas de pessoal:

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Proventos	(32)	(55)	(30)
Encargos sociais	(10)	(16)	(8)
Benefícios	(7)	(12)	(7)
	(49)	(83)	(45)

d) Despesas tributárias:

	2° Semestre 2023	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
COFINS	(118)	(185)	(92)
PIS	(19)	(30)	(15)
Imposto sobre serviços prestados	(10)	(25)	(4)
Outros impostos	(1)	(2)	(2)
	(148)	(242)	(113)

11. Gerenciamento de riscos

A Sociedade optou em aderir às regras estipuladas pelo Banco Central do Brasil para o segmento S5 que admite uma simplificação no controle de riscos. Os riscos são administrados por uma estrutura de governança composta por:

Diretoria Executiva: que exerce a administração geral da Sociedade, assegurando o seu funcionamento com observância das políticas, composta por 2 (dois) membros, com mandato de 3 (três) anos, sendo um Diretor Geral e um Diretor Comercial e de Produtos.

Os principais riscos monitorados são:**Risco de crédito**

Risco de Crédito é definido como a probabilidade de perdas associadas à incapacidade do tomador de honrar as suas obrigações nos prazos e condições contratuais, à redução de ganhos e remunerações, aos custos de recuperação e à desvalorização do contrato de crédito. A Sociedade tem como premissa básica a adoção de

políticas e metodologias que permitam a gestão dos limites de risco, a adequada precificação das operações de crédito e o gerenciamento do risco da carteira de crédito.

Os sistemas da Sociedade são projetados para avaliar as solicitações de empréstimo, de acordo com informações de mercado e históricos dos clientes, políticas de crédito, ferramentas de pontuação e de prevenção a fraudes e são capazes de segmentar a avaliação de riscos por região, segmento e classificação de risco (rating).

Risco de mercado

O risco de mercado traduz a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações dos valores de mercado das posições financeiras, originadas por variação cambial, de taxa de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A diretoria é responsável por monitorar o risco de mercado e, na hipótese deste risco apresentar alguma relevância, determinar critérios de cálculo e monitoramento.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está relacionado com o descasamento entre os fluxos de caixa entre os ativos e passivos da Sociedade em relação aos prazos e moedas e podem ser influenciados por variáveis econômicas ou de mercado. A não capacidade de honrar estes compromissos e/ou que estes sejam somente possíveis com a realização de perdas expressivas constitui o risco de liquidez da Sociedade.

Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos na liquidez da Sociedade dado a aplicação de cenários adversos. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Sociedade quanto fatores externos.

Risco socioambiental

Entende-se como risco socioambiental a possibilidade de ocorrência de perdas pela Sociedade em virtude dos danos socioambientais. Os danos socioambientais estão relacionados, mas não se limitando, à poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade. A avaliação do risco socioambiental é parte integrante do processo de aceitação/renovação de clientes e inclui a análise do compromisso e da capacidade do cliente, fornecedor e/ou parceiro em prevenir, reduzir, mitigar e gerir os possíveis impactos socioambientais de suas atividades, bem como inclui a avaliação de eventuais mídias, denúncias, inquéritos, processos ou condenações relacionadas a fatos sociais e/ou ambientais.

Gerenciamento do risco operacional

A Sociedade define e dá o tratamento ao gerenciamento do Risco Operacional, conforme está previsto na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 4.557/17, como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas da Sociedade ou advindas de eventos externos.

Nessa definição, inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Sociedade, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Sociedade.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional adota um modelo único para mapear processos, atividades, avaliar riscos operacionais, bem como controles mitigadores, estabelecer planos de ação para minimizar riscos e manter a alta administração informada para que possa manifestar-se expressamente acerca das ações a serem implementadas para correção tempestiva das deficiências apontadas.

Gerenciamento de capital

A **Companhia** possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.606/17 e alterações. A **Companhia** está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR55), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN. Na data-base 31 de dezembro de 2023, a **Companhia** apresentou um Patrimônio de Referência de R\$ 3.885 (R\$ 3.229 em 31 de dezembro de 2022) e o montante de seus ativos, devidamente ponderados pelo

risco ("RWA"), era de R\$ 4.434 (R\$ 3.052 em 31 de dezembro de 2022) na forma simplificada (RWAs5) da Resolução nº CMN 4.606/17 e alterações.

Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, II da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 17%, o equivalente a R\$ 754 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 519 em 31 de dezembro de 2022).

A **Companhia** encontra-se em conformidade com as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil no que se refere à metodologia simplificada, mantendo PRS5 em valor superior ao requerimento mínimo (17%).

12. Eventos subsequentes

Integralização de capital social

Em 8 de fevereiro de 2024, a Administração integralizou o aumento de capital de R\$ 200, conforme deliberado na Assembleia Geral Extraordinária de 18 de setembro de 2023. Naquela ocasião, a Administração decidiu aumentar o capital social da Companhia em um total de R\$ 2.000. Destes, R\$ 1.000 foram integralizados imediatamente e os restantes R\$ 1.000 serão integralizados dentro de um prazo de 12 (doze) meses. Após a referida integralização, ainda restavam R\$ 800 a serem integralizados.

KLEBERSON CESAR LEITE
Diretor Geral

FELIPE FERREIRA BRAZ DA SILVA
Contador CRC 1SP331427/O-3